



Cases de sucesso

Iniciativa Crescer com Proteção

Lorem ipsum



Crescer com Proteção

Agenda Pública e UNICEF trabalhando em parceria para somar capacidades e fortalecer a implementação de políticas e programas com do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) nos municípios da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, em São Paulo.



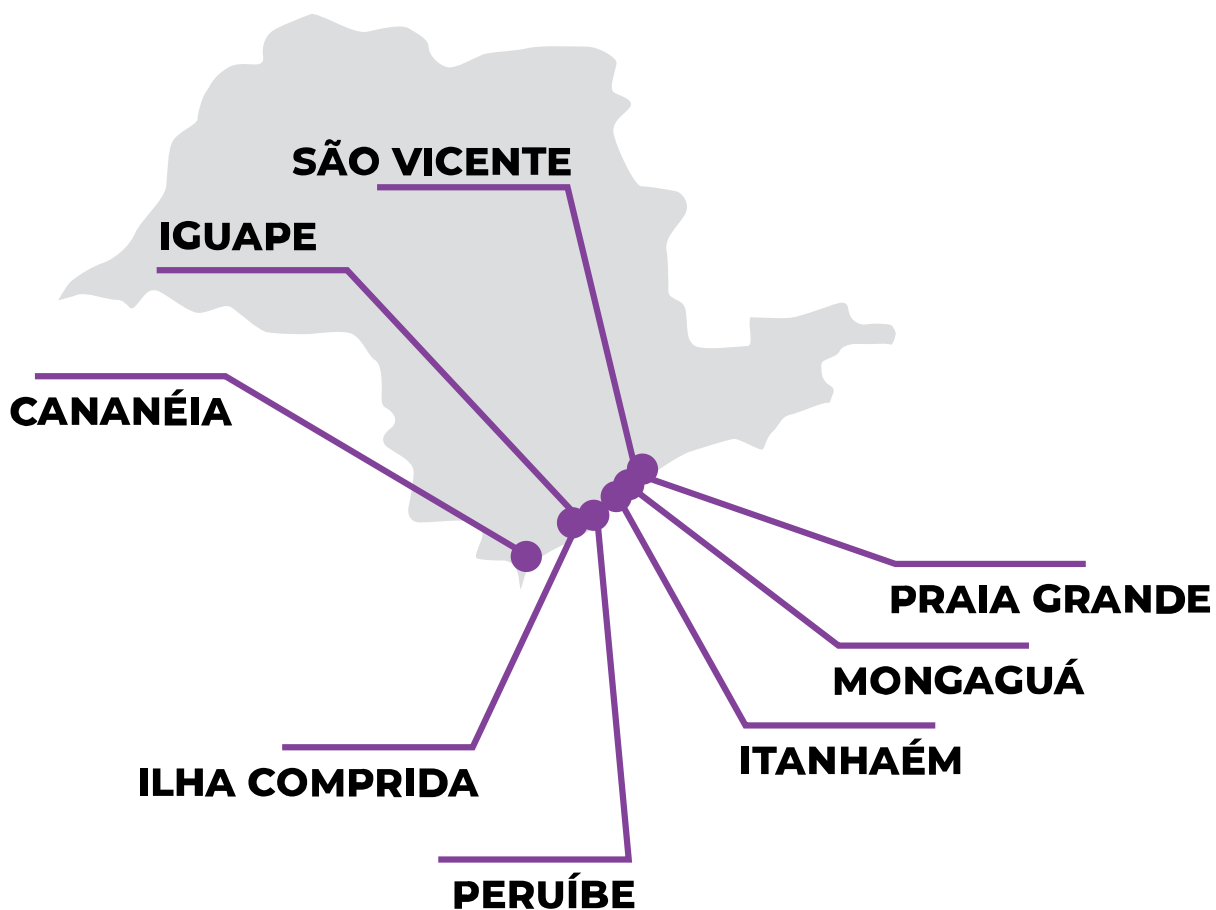
Introdução

Para proteger crianças e adolescentes de todas as formas de violência, é necessário aperfeiçoar políticas públicas e fomentar reflexão e aprendizado em diversos atores que possam atuar conjuntamente pela solução do problema.

A Constituição Federal brasileira, referência legal de proteção e garantia de direitos, atribui responsabilidades a vários destes atores.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Constituição Federal do Brasil, artigo 227)

Além da Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA) conforma o arcabouço legal brasileiro de proteção às crianças e adolescentes, que se soma a outros instrumentos, iniciativas e ações existentes nos aparelhos de Justiça e nos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entre outros.



O projeto gerou reflexão sobre as potencialidades existentes nos territórios e os recursos necessários para promover mudanças, deixando como legado a melhoria dos serviços públicos que atuam diretamente na adoção de medidas efetivas de combate e enfrentamento da violência.

Neste sentido, para prevenir, detectar e responder a todas as formas de violência foi necessário mobilizar famílias e comunidade e para fortalecer o Sistema Garantidor de Direitos (SGD), garantir a oferta de serviços especializados às vítimas de violência, promover políticas públicas, programas e protocolos em resposta à violência, o projeto buscou atuar junto à gestores públicos, especialistas em políticas públicas e os atores envolvidos aos equipamentos públicos de atendimento e garantia de direitos das crianças e adolescentes dos municípios.

Os esforços e resultados empenhados junto à iniciativa Crescer com Proteção, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Agenda Pública e o Instituto Camará Calunga, em prol da proteção de crianças e adolescentes de todas as formas de violência estão traduzidos neste documento que visa expressar o impacto positivo e a relevância do projeto.

Municípios abrangidos

Os municípios abrangidos pelo projeto compreendem a região metropolitana da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, litoral de São Paulo, e são, respectivamente: Peruíbe, Itanhaém, São Vicente, Mongaguá e Praia Grande; Cananéia, Iguape e Ilha Comprida.

Ao analisar as características dos territórios, percebe-se que a Baixada Santista é a região mais populosa, no qual os municípios possuem mais de 55 mil habitantes, enquanto os municípios do Vale do Ribeira são menores. No entanto, apesar de possuir municípios menores, é no Vale do Ribeira em que se localiza o município com a maior proporção de crianças e adolescentes no total da população. Cananéia tem 32% de sua população formada pelo público-alvo da iniciativa.

Além de analisar o território de atuação da iniciativa, a Agenda Pública busca evidências que embasem sua atuação, sendo necessário mapear e conhecer a existência e ausência de órgãos e equipamentos voltados à proteção de crianças e adolescentes. Para tanto, levantou quais órgãos e equipamentos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) estavam presentes e ausentes em cada um dos municípios.

A partir do levantamento de evidências, constatou-se que todos os municípios abrangidos pelo projeto possuem Conselho Tutelar (CT), órgão responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, bem como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), órgão que propõe, delibera e controla as políticas públicas municipais voltadas para crianças e adolescentes. Isso representa um importante avanço no enfrentamento às violências praticadas contra crianças e adolescentes, embora seja necessário garantir articulação entre eles.

Também se evidenciou que as políticas básicas de assistência social, educação e saúde estão presentes nos territórios dos oito municípios, embora o número de equipamentos seja desigual.

No que diz respeito ao atendimento às vítimas de violência, os municípios do Vale do Ribeira (Cananéia, Iguape e Ilha Comprida) não possuem Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Contudo, têm unidades de acolhimento institucional para crianças. É importante refletir sobre esse ponto, pois o primeiro equipamento (CREAS) atende a vítimas em situação de violência com vínculos familiares fragilizados, enquanto o segundo (unidade de acolhimento) implica no afastamento temporário e excepcional do convívio familiar como medida de proteção.



Em busca de soluções

Políticas e Serviços Públicos

Para melhorar os serviços públicos na prevenção e no enfrentamento de todas as formas de violência, foi necessário atuar em prol do fortalecimento das capacidades institucionais dos governos locais e dos atores do sistema local de garantia de direitos.

Para tanto, o Crescer com Proteção atuou por meio de quatro frentes: primeira infância, busca ativa escolar, Sistema Garantidor de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e trabalho decente e inclusão produtiva de adolescentes e jovens.



Primeira Infância

Início: março de 2021

Período de execução: 9 meses

Objetivo: envolver gestores e fomentar a realização da estratégia Semana do Bebê e elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI)

Para a efetivação dos direitos de crianças na primeira infância, a Agenda Pública focou em duas estratégias: a realização da Semana do Bebê e a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI).

Para tanto, precisou engajar os gestores e tornar clara a importância destas iniciativas por meio da realização de oficinas virtuais com todos os municípios, esclarecendo a importância da adesão a essas práticas para o desenvolvimento de políticas públicas para a primeira infância.

Em um segundo momento, a realização das oficinas apoiou os gestores municipais a planejar a Semana do Bebê e a construir normativas e mecanismos regulatórios capazes de transformar as ações em políticas de estado por meio do PMPI.

Para garantir a execução e implementação das iniciativas, a Agenda Pública mapeou o estágio de cada município, subsidiando a execução das atividades individualmente, considerando o patamar de evolução e necessidades específicas de cada município.



Busca ativa escolar (BAE) e Trajetórias de Sucesso Escolar (TSE)

Início: novembro de 2020

Período de execução: 12 meses

Objetivo: apoiar o planejamento, desenvolvimento e implementação de políticas públicas educacionais em favor da inclusão escolar, permanência e aprendizagem

Para apoiar os municípios a planejar, desenvolver e implementar políticas públicas em favor da inclusão escolar, a Agenda Pública apoiou a melhoria dos indicadores de evasão escolar nos municípios por meio do estímulo à adesão a Busca Ativa Escolar (BAE), uma estratégia composta por uma metodologia social com políticas transversais de educação, assistência social e saúde e uma ferramenta tecnológica, disponibilizada gratuitamente a estados e municípios.

A BAE favorece a inclusão escolar por meio da efetivação da matrícula que assegura a permanência na escola por meio da identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão escolar.

No entanto, a permanência no ambiente escolar não é suficiente para garantir a aprendizagem, por isso, é necessário desenvolver outras ações. Com esse intuito, a estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar (TSE) foi integrada ao projeto para enfrentar a cultura do fracasso escolar por meio de ações que tornem a escola mais acolhedora, receptiva e atrativa aos estudantes.

A oferta deste conjunto de políticas educacionais, desenvolvidas, pela primeira vez, de maneira integrada e complementar, tinha como objetivo promover o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes dos municípios abrangidos pela iniciativa CCP. Dessa maneira, é possível efetivar a educação como direito fundamental garantido pela Constituição Federal brasileira em qualquer contexto.

Nem todos os municípios que aderiram às duas estratégias. Cananéia não aderiu à Busca Ativa Escolar, sendo implementado nos outros sete municípios da iniciativa CCP. Já a adesão à estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar foi feita apenas pelos municípios de Ilha Comprida e Mongaguá.

Estratégias de implementação da BAE e TSE

- Sensibilização dos gestores municipais nas áreas envolvidas (educação, assistência social e saúde) e de representantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
- Busca por evidências por meio do panorama geral sobre a situação de crianças e adolescentes fora da escola e atividades realizadas para fomentar o retorno, a permanência e o desempenho escolar
- Orientação e sensibilização para realização de diagnóstico inicial como instrumento para aferir eficácia da estratégia nos municípios
- Assessoramento técnico e diálogos individualizados para atendimento das demandas específicas de cada território e etapas de integração com a Busca Ativa Escolar (BAE) e Trajetórias de Sucesso Escolar (TSE)
- Formação virtual para utilização da Busca Ativa Escolar (BAE) por meio da discussão de casos aplicando a estratégia social



Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA)

Início: agosto de 2021

Período de execução: 5 meses

Objetivo: fortalecimento de capacidades institucionais das redes de proteção das crianças e adolescentes (Sistema de Garantia de Direitos)

Para fortalecer as capacidades institucionais das redes de proteção que compõe o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e analisar os mecanismos de monitoramento e denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes foi necessário orientar gestores municipais para que fizessem melhor aproveitamento das políticas nacionais e estaduais existentes, apoiando-os para integrar as agendas municipais de forma intersetorial.

Ao instrumentalizar os municípios com mecanismos de gestão e governança, a Agenda Pública contribuiu para elevar a qualidade dos serviços públicos voltados à proteção de crianças e adolescentes.

Além disso, a Agenda Pública criou e institucionalizou nos municípios o comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência de acordo com a Lei Federal 14.431/2017.

A partir da geração de evidências (diagnósticos, relatórios analíticos e mapeamento de fluxos e processos), foi possível compreender o panorama situacional dos Sistemas de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e estruturar as ações necessárias, adequadas para cada município.

Ações de fortalecimento das capacidades institucionais:

- planejamento da implementação das melhorias
- institucionalização do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de cuidado e proteção social das crianças e adolescentes
- formação para equipes técnicas e gestoras das áreas de educação, saúde, assistência social, segurança públicas, entre outras, sobre ferramentas para prevenção e enfrentamento das diversas formas de violência
- monitoramento e acompanhamento dos avanços dos municípios para validação dos fluxos de atendimento e criação dos protocolos de atendimento integrado
- apoio aos municípios com modelos, orientações e ferramentas para implementação do processo de escuta especializada
- elaboração de material de suporte para desenvolvimento do plano de trabalho para funcionamento do Comitê de Gestão Colegiada
- elaboração do plano de ação por município e plano geral de disseminação para melhoria do Sistema Garantidos de Direitos da Criança e do Adolescente



10 trilhas formativas

(diálogo e formação)



466 participantes



49 contatos com os oito municípios

para sensibilização sobre a Lei 13.431/2017
e o Decreto 9.603/2018



Trabalho Decente e inclusão produtiva de adolescentes e jovens

Início: agosto de 2021

Período de execução: 2 meses

Objetivo: enfrentar o trabalho ilegal de crianças e adolescentes, fomentar a promoção do trabalho decente e implementar programas de aprendizagem

Para enfrentar o trabalho ilegal de crianças e adolescentes, a iniciativa fomentou a promoção do trabalho decente entre adolescentes e jovens e a implementação de programas de aprendizagem nos municípios da iniciativa CCP por meio da implementação da Lei 0.097/2000. Dessa forma, foi possível gerar oportunidades e inclusão produtiva aos jovens e adolescentes.

Para tanto, foi necessário elaborar um diagnóstico específico na temática e sensibilizar os gestores para incluir jovens e adolescentes produtivamente e implementar a Lei de Aprendizagem.

Ações de fortalecimento das capacidades institucionais:

- Mapeamento dos municípios integrantes do CCP com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e as estratégias de enfrentamento ao trabalho ilegal de crianças e adolescentes
- Definição dos instrumentos, métodos e estratégias a serem adotadas para coleta e análise de dados
- Coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com jovens e representantes municipais
- Análise documental em fontes oficiais e documentos produzidos pela iniciativa Crescer com Proteção e UNICEF
- Elaboração do documento sobre Abordagem sobre Trabalho Infantil e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
- Oficina virtual com adolescentes sobre a Lei de Aprendizagem e o trabalho decente para identificar a presença dos temas nos territórios
- Reuniões virtuais com representantes municipais para mapear as dificuldades e potencialidades na oferta de trabalho decente nos territórios
- Elaboração do Guia para Promoção do Trabalho Decente para Adolescentes e Jovens
- Elaboração do Diagnóstico sobre o mercado de trabalho e juventude
- Realização de Oficina virtual sobre promoção de trabalho decente entre adolescentes e jovens, Lei de Aprendizagem, ferramentas e práticas promissoras com representantes municipais



22 adolescentes
nas entrevistas semiestruturadas



11 representantes municipais
para coleta de dados

A Agenda Pública enfrentou desafios significativos durante o desenvolvimento do panorama do trabalho infantil e do relatório sobre a inclusão produtiva de adolescentes e jovens e a Lei de Aprendizagem nos municípios, identificando limites e oportunidades na implementação destas políticas públicas.

Neste sentido, reforça a importância em difundir a importância do tema do trabalho infantil para criar políticas públicas eficientes de trabalho decente para adolescentes e jovens. A ausência de dados e números de crianças e adolescentes envolvidos ou retirados da situação de trabalho ilegal dificulta o planejamento de ações efetivas para combater esse tipo de violação.

Observou-se ainda que as ações de enfrentamento ao trabalho infantil são desenvolvidas de forma frágil por alguns municípios, sem mensuração de resultados. Neste sentido, faz-se necessário que o poder público municipal assuma o papel ativo no combate ao trabalho infantil e na empregabilidade dos jovens. Entre as oportunidades, destaca-se a implementação de programas municipais de estágio, aprendizagem e primeiro emprego de maneira consistente, estratégica e monitorada.



Participação e engajamento de adolescentes e jovens

Para reduzir o impacto de todas as formas de violência, a iniciativa Crescer com Proteção visou engajar e mobilizar adolescentes e jovens em duas frentes de trabalho: a elaboração do Guia para Mobilização de adolescentes e jovens e a Criação e implementação de Núcleos de Cidadania de Adolescentes e Jovens (NUCAs).

Guia para mobilização de adolescentes e jovens

Com o objetivo de motivar a participação de meninas e meninos do processo decisório de cada município, o guia se apresenta como uma trilha de aprendizagem, que inclui assuntos relevantes para a formação sociopolítica de jovens e proposta de ações práticas para gerar a mobilização de outros adolescentes.

Entre os temas abordados estão o resumo da estratégia para engajar meninas e meninos na superação de todas as formas de violência; orientações para a criação de núcleos de cidadania de adolescentes e jovens e os desafios temáticos em seis temáticas distintas com informações, referências e propostas de ações a serem realizadas com adolescentes e jovens, comunidade e poder público.

Temas e desafios desenvolvidos com os jovens e adolescentes da iniciativa Crescer com Proteção:

- (1) prevenir todas as formas de violência contra crianças e adolescentes e jovens;
- (2) promover o direito à inclusão digital e ao uso seguro da internet;
- (3) promover a Busca Ativa Escolar e a troca de saberes;
- (4) enfrentar o racismo;
- (5) conhecer e divulgar a Lei de Aprendizagem – diálogos entre trabalho e educação;
- (6) promover o direito à arte, à cultura e ao esporte seguro e inclusivo.



Núcleos de Cidadania de Adolescentes e Jovens (NUCAs)

Os Núcleos de Cidadania de Adolescentes e Jovens são uma estratégia desenvolvida pela UNICEF com o objetivo de reunir e organizar em rede 16 jovens e adolescentes para discutir questões importantes para seu desenvolvimento, implementar ações e levar suas reivindicações à gestão municipal.

Cada Núcleo é acompanhado por adolescentes e jovens mobilizadores que atuam em diálogo com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) para ampliar a sua participação e garantir que as decisões do Conselho levem em conta a opinião e as propostas dos adolescentes sobre as questões ligadas aos seus direitos.

A iniciativa Crescer com Proteção formou, portanto, oito núcleos de Cidadania de Adolescentes e Jovens (NUCAs), sendo um em cada município participante.

Ações de fortalecimento das capacidades institucionais:

- Mapear grupos de jovens existentes nos territórios para identificar, fomentar a participação e a formação dos NUCAs
- Realização de encontros e oficinas virtuais para gerar conhecimento e reflexão e engajar comunidades e poder público
- Formação dos Núcleos com Adolescentes e Jovens de 12 a 21 anos organizados em rede
- Elaboração de boletins informativos #JuventudePresente
- Promoção de intervenções artísticas, esportivas e culturais
- Lançamento da Campanha Oportunidades Protegem que tem como objetivo abordar a importância de oferecer às crianças, aos adolescentes e aos jovens oportunidades de estudo, acesso adequado ao mercado de trabalho e participação nas políticas públicas
- Participação e inclusão dos jovens no 1º Seminário Paulista para a Proteção das Crianças e dos Adolescentes com apresentação do material produzido pelos jovens e adolescentes do CCP
- Elaboração de modelos de formulários utilizados para o planejamento e registro das atividades com adolescentes

Provocar a participação ativa e a ampliação de repertórios de adolescentes e jovens frente às temáticas de enfrentamento às violências praticadas contra crianças, adolescentes e jovens foi desafiador, principalmente para motivar a incidência política dos adolescentes e jovens nos territórios, tendo em vista o agravamento das desigualdades sociais e a fragilidade de acolhida pelas políticas públicas de alguns municípios.

Ao dar espaço e voz aos adolescentes e jovens em espaços coletivos coordenados por eles próprios, a iniciativa Crescer com Proteção propiciou a participação ativa deste público. Além disso, ao garantir auxílio por meio de bolsas, o CCP possibilitou maior estruturação e participação dos adolescentes e jovens em ações online e contribuíram para subsidiar o lazer e as famílias, exigindo melhor qualificação e sistematização a respeito do destino do auxílio fornecido.

Além disso, foi notório perceber que a criação e sustentação de espaços de cuidado, formação crítica e incidência de adolescentes e jovens contribui para a efetivação das políticas públicas e a organização da sociedade civil local, tornando-se instrumento da melhoria da qualidade dos serviços públicos e da percepção desta melhoria para a população.



Geração de evidências

Na gestão pública, a tomada de decisões deve ser baseada em dados e evidências para fundamentar a melhoria das políticas públicas e o monitoramento permanente dos avanços e desafios.

Para além da tomada de decisões, o uso de dados e evidências aprimora a capacidade estatal de trabalhar em planejamentos intersetoriais, alinhamentos conceituais, redefinição de papéis e atribuições, revisões orçamentarias e processos orientativos.

Na iniciativa Crescer com Proteção, além de levantar dados e informações analíticas sobre a realidade local, suas demandas e potencialidades, a geração de evidências teve como resultado a elaboração de documentos, guias, cartilhas e diagnósticos que subsidiaram o processo de implementação da iniciativa. Assim, foi possível apoiar gestores municipais, representantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a sociedade civil na tomada de decisão e fomentando políticas públicas efetivas e assertivas para prevenir e enfrentar às violências praticadas contra crianças e adolescentes.



Comunicação

Para sensibilizar e mobilizar a sociedade sobre o impacto negativo da violência contra crianças e adolescentes, a disseminação e acesso a informações sobre o tema são algumas das estratégias utilizadas, bem como a divulgação dos canais de denúncias existentes.

Para sensibilizar famílias e comunidades para prevenir, detectar e responder a todas as formas de violências contra crianças e adolescentes, as ações de comunicação se desenvolveram da seguinte forma:

- Produção e distribuição de folders, banners, materiais de mobilização e formação para técnicos e gestores do SGDCA;
- Realização da Campanha A proteção de crianças e adolescentes está em suas mãos (entre novembro de 2020 e janeiro de 2021);
- Realização da Campanha Oportunidades que protegem com personagens reais contando suas histórias com o objetivo de fortalecer e prevenir o enfretamento de diversas formas de violência contra crianças e adolescentes;
- Realização do 1º Seminário Paulista para Proteção das Crianças e dos Adolescentes com a participação de 16 parceiros, incluindo empresas como Unilever, Claro e os influenciadores Preta Rara, Mc Soffia e Lázaro Ramos;
- Produção de conteúdo nas redes sociais da Agenda Pública sobre o Plano da Primeira Infância, Semana do bebê e Busca Ativa Escolar;
- Relacionamento com a imprensa e com jornalistas de veículos locais e nacionais para a promoção de pautas sobre a importância da prevenção de todas as formas de violência contra crianças e adolescentes e para gerar conhecimento público sobre a iniciativa e seus avanços



NÚMEROS

- **7,9 milhões**

de pessoas alcançadas pela campanha a proteção de criança e adolescentes está em suas mãos

- **9 mil**

engajamentos na campanha a proteção de criança e adolescentes está em suas mãos

- **65 milhões**

de pessoas alcançadas pela campanha oportunidades que protegem em podcasts, histórias de vida, filmes veiculados na tv tribuna e nas redes sociais

- **1731 pessoas**

inscritas no 1º seminário paulista para proteção das crianças e dos adolescentes

- **62.614 pessoas**

alcançadas pelas postagens sobre o 1º seminário paulista para proteção das crianças e adolescentes

- **6 menções**

na imprensa do 1º seminário paulista para proteção das crianças e adolescentes



Resultados

Considerando os indicadores estipulados na elaboração da iniciativa, há três principais resultados alcançados a partir das ações desenvolvidas.

1. Mobilização e sensibilização das famílias e comunidades dos municípios participantes da iniciativa para prevenir, detectar e responder a todas as formas de violência contra crianças e, em particular, o trabalho infantil.
2. Fortalecimento das capacidades institucionais de instituições municipais, estaduais e federais para proteger, implementar e monitorar políticas, programas e protocolos públicos para prevenir e responder à violência contra crianças e adolescentes.
3. Aprimoramento dos serviços públicos por meio do fortalecimento da capacidade e aprimoramento das ferramentas nos sistemas locais de proteção infantil e serviços de oito municípios com o objetivo de ofertar serviços especializados para crianças e adolescentes vítimas de violência.



www.unicef.org/brazil/iniciativa-crescer-com-protacao



agendapublica.org.br

(11) 3487-2526
contato@agendapublica.org.br